

Introdução

Neide Esterci

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Introdução, p. 3-11. ISBN: 978-85-99662-54-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Introdução

1. Era de setenta e dois...

No dia três de março de 1972, em Santa Terezinha, às margens do Araguaia, nordeste de Mato Grosso, um grupo de posseiros defrontou-se com membros da força policial do estado e empregados da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA), ferindo sete componentes do grupo de policiais e empregados da empresa. O confronto se deu no lugar onde o vigário de Santa Terezinha, padre Francisco Jentel, mandara construir um ambulatório, obra contestada pela empresa que alegava não estar a mesma localizada de acordo com o plano de urbanização da futura cidade. Na ocasião, o oficial de polícia levava consigo uma ordem de prisão contra membros da Missão religiosa católica de Santa Terezinha e se dirigia ao local da obra a pretexto de averiguar um suposto depósito de armas, arsenal do movimento subversivo que, segundo denúncias do pessoal da empresa, o vigário comandava. Em consequência do confronto, tropas do Exército ocuparam a área e praticamente todos os homens adultos do povoado tiveram que refugiar-se na mata por mais de cem dias para escapar à perseguição que então se fez. A "briga do ambulatório", como ficou conhecido o episódio, foi a culminância de uma série de disputas que vinham sendo travadas entre posseiros e empresa desde 1967, quando esta viera a implantar-se nas terras de Santa Terezinha. A intervenção do Estado, entretanto, só se fez decisiva a partir deste confronto: através dos órgãos competentes, o Governo federal acelerou o processo de demarcação das terras, reconhecendo o direito dos posseiros sobre suas posses nos termos definidos pelo Estatuto da Terra, deixando à empresa o domínio sobre a imensa maioria das terras, e colocando sob jurisdição da Prefeitura do Município de Luciara, onde se localizava o povoado, uma estreita faixa de terra para expansão da futura cidade. Através dos órgãos judiciários e dos organismos de repressão instauraram-se processos criminais e o vigário, de nacionalidade francesa, acabou sendo definitivamente afastado do país. Ao final da ocupação militar do povoado, o principal líder camponês envolvido na "briga do ambulatório" foi preso, interrogado e espancado, mas, sem ser submetido a julgamento, foi posto em liberdade e mandado de volta a Santa Terezinha. Cerca de um ano mais tarde foi a vez da repressão se abater sobre outros membros da Missão religiosa e, desta vez, não só de Santa Terezinha, mas de toda a Prelazia de São Félix do Araguaia: novos conflitos começaram a eclodir em outros povoados com a instalação de empresas do mesmo tipo. A reação dos posseiros foi se generalizando, apoiada explicitamente pela equipe pastoral de D. Pedro Casaldáliga.

As lutas dos posseiros contra as empresas não eram, no entanto, o único foco de tensões que naquele momento conturbava a área: para realizar as tarefas de implantação, as

empresas lançavam mão de contingentes numerosos de trabalhadores - os peões - recrutados em outras regiões e submetidos a formas de exploração violentas. Estes trabalhadores também reagiram à dominação da empresa e o fizeram, basicamente, através das "fugas", abandonando individual ou coletivamente os locais onde executavam as tarefas para as quais haviam sido contratados. Eram reprimidos nestas "fugas", tanto pelas milícias particulares, quanto pela própria força policial do Estado atuante na área. Aos peões não foi dado desfrutar da relação orgânica pela Missão Religiosa Católica estabelecida com os posseiros, nem dispor dos espaços institucionais por ela propiciados, e dos quais apenas puderam beneficiar-se os posseiros.

Diante desses dois segmentos de trabalhadores rurais, os posseiros, possíveis de serem pensados como um tipo particular de campesinato, e os peões, pensáveis como um proletariado também específico, certas perguntas não poderiam deixar de ser feitas: que campesinato é este, capaz de formular um modelo de relação com a terra distinto e oposto ao modelo de posse e uso do sistema capitalista sem, no entanto, fazê-lo dentro dos marcos de uma ideologia de esquerda? Que forma de subordinação ao trabalho é esta em jogo na peonagem, levando à "fuga", como forma de reação privilegiada pelos trabalhadores? Quais percepções da dominação orientam as ações desses dois segmentos? Quais as condições sociais e institucionais em que se fazem seus movimentos de resistência? Qual a eficácia relativa desses movimentos em cada caso?

Entretanto, na cena política que se configurou na área no momento considerado pela pesquisa, a luta pela terra era a expressão mais forte das contradições de modo que muitos dos alinhamentos políticos, das alianças e oposições entre os grupos sociais em presença foram determinados por ela. Isto explica, por exemplo, pelo menos em parte, o afastamento relativo entre peões, como empregados das empresas e os posseiros, como agentes da resistência à implantação dessas mesmas empresas. Explica também, até certo ponto, o peso maior atribuído, neste trabalho, à etnografia do conflito.

No primeiro capítulo, trato do conflito entre posseiros e empresa e o faço, fundamentalmente, a partir dos próprios posseiros e seus aliados, os membros da Missão Religiosa Católica, embora remeta também às formas de participação e às versões dos representantes da empresa e do Estado sobre os fatos. Partindo do pressuposto de que a terra não é um espaço indiferenciado, procuro distinguir os diversos momentos da luta como confrontos relativos a distintos segmentos do espaço, levando em consideração o valor econômico, a forma de domínio e o significado político de cada segmento. Por outro lado, procuro pensar o movimento dos posseiros de Santa Terezinha como movimento de resistência, distinto de outros movimentos pela terra ocorridos no Brasil nos últimos anos.

No segundo capítulo, analiso o modelo de relação com a terra construído pelos posseiros com base na sua experiência passada e em função da argumentação, no presente, contra as reivindicações da empresa. Considerando o significado da tomada de terras e recursos naturais para o grupo como o de uma expropriação de suas condições de vida, procuro compreender suas categorias referentes às relações entre os homens em função do modelo de relação com a terra e das transformações impostas pela nova ordem.

O terceiro capítulo é dedicado à análise da peonagem, compreendendo-a através de seus elementos constitutivos como uma forma específica de subordinação do trabalho. Os peões são pensados como membros de famílias camponesas e neste sentido são compreendidas suas relações com os posseiros, as mulheres da zona de prostituição e suas famílias de origem. Procuro mostrar que o engajamento na peonagem obedece também a estratégias camponesas, não levando necessariamente ao descampesinamento e à proletarização.

Finalmente, como a Igreja Católica e o Estado foram as principais instituições a se defrontarem na cena política que então se configurou, faço algumas considerações acerca do papel dos membros da Missão Religiosa e dos representantes do Estado que interferiram no caso.

2. Terra de índios e camponeses

Na época em que ocorreram os fatos aos quais se refere este livro, o povoado de Santa Terezinha tinha uma população de cerca de 120 pequenos produtores rurais, além de comerciantes, criadores de gado e empregados da empresa. A sede do município de Luciara, ao qual pertencia Santa Terezinha, ficava a muitos quilômetros de distância e lá se chegava através do rio, já que estradas não havia. Mais distante ainda, pois a viagem pelo Araguaia, rio acima, levava dias, ficavam a Comarca e a Delegacia de Polícia de Barra do Garça, município limítrofe, aos quais os habitantes de Santa Terezinha recorriam. As agências estatais mais próximas eram os precários postos de Serviço de Proteção aos Índios (SPI), atendendo às aldeias Karajá existentes ao longo do Araguaia e à única aldeia Tapirapé, na Barra do Rio Tapirapé, distante 30 km de Santa Terezinha.

Desse modo, a presença institucional mais forte na área era a da Igreja Católica que, desde as primeiras décadas do século, havia lançado as bases de seu projeto missionário e de evangelização, visando aldeias e povoados desde o sul do Pará até a Barra do Tapirapé (Shapiro 1983; Iami: 1979, capítulo II) . Até o início da década de 70, toda esta área estava sob jurisdição eclesiástica de Conceição do Araguaia (PA) e, foi somente a partir da criação da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), no então Município de Barra do Garças, que Santa Terezinha passou a subordinar-se à nova unidade administrativa da Igreja, tendo como

primeiro Prelado o Bispo D. Pedro Casaldáliga.¹

Com respeito às terras de Santa Terezinha, pode-se dizer que as levas de camponeses que entraram na área desde o início do século, o fizeram, independentemente de qualquer interferência jurídica ou administrativa do Estado, no sentido de restringir ou regulamentar o acesso à terra ou a distribuição do espaço. Se obstáculo houve à penetração, foi por parte dos povos indígenas, pois, ao reivindicarem seus direitos em função de terem "amansado" o lugar, os posseiros se referiam, em parte, ao fato de terem suportado o ônus da reação indígena à invasão do seu território (Total: 1980).

O primeiro ponto alcançado pelos camponeses, fixados na área do Município de Luciara, por volta de 1910, foi o chamado Furo de Pedras, durante muito tempo o posto mais importante para os barqueiros que cruzavam o médio Araguaia trazendo sal, tecidos e óleo e levando, em troca, peles de animais. A partir de certo momento, no entanto, Furo de Pedras tornou-se inviável em virtude das inundações que, no período das cheias, deixavam os moradores isolados, as águas separando as casas - construídas nas margens do rio - das plantações - feitas na mata - e dificultando a criação do gado o qual, sem pastagens, se perdia nos alagados.

Parte daqueles, saídos do Furo de Pedras, veio mais tarde juntar-se ao povoado em início de crescimento, em torno do Morro de Areia, distante 2 ou 3 km, na mesma margem do rio. Desde 1931, missionários dominicanos e Conceição do Araguaia haviam construído sobre o Morro alguns prédios destinados à capela, à escola e ao abrigo missionário - era um ponto estratégico importante para os objetivos missionários, pois facilitava o acesso às aldeias Karajá e Tapirapé. Foi a partir dessa localização dos missionários que o lugar recebeu o nome de Santa Terezinha, escolhida por eles como padroeira. O povoado foi crescendo em torno das edificações da Igreja no Morro de Areia, bem na margem do Araguaia; as casas e as roças dos moradores foram se expandindo em direção à mata, para o interior.

Nas décadas seguintes, outros povoados foram surgindo: Lago Grande (1922), Crisóstomo (1932) e Cadete, bem próximos e referidos a Santa Terezinha; Mato Verde, mais tarde Luciara, sede do Município (1934) e Porto Alegre (1949); todos no Município de Luciara. No Município limítrofe de Barra do Garças, surgiram: São Félix (1934), Santo Antônio do Rio das Mortes (1950), Vila de São Sebastião ou Chapadinha (1956), Canabrava (1957), Pontinópolis (1960), além de Serra Nova, Azulona, Ribeirão Bonito e Cascalheira (nos anos seguintes).

A época da eclosão dos conflitos, entre o final da década de 60 e meados de 70, todos

¹ Outras igrejas cristãs só começaram a aparecer em Santa Terezinha depois de 1950, com a chegada de empregados - entre os quais havia uma família de protestantes - da primeira empresa instalada na área.

estes povoados estavam sob jurisdição administrativa de dois únicos municípios - Barra do Garças e Luciara -, posteriormente subdivididas, dando origem aos novos municípios de São Félix e de Santa Terezinha, ambos tendo como sedes municipais os antigos povoados do mesmo nome. Por outro lado, e isto importa para os fatos que vão ser tratados, todos estes centros populacionais e pontos de conflito estão dentro da Prelazia de São Félix, abarcando uma área de cerca de 150.000 km².

Voltando à questão da presença do Estado, a grande extensão das unidades administrativas municipais, as enormes distâncias entre os povoados e as sedes municipais e entre estas e os centros de decisão estaduais e da União, sem que houvesse, até o final da década de 60, estradas permanentes nem linhas de comunicação regulares sugerem um quadro de ausência de motivação política e econômica com relação à área, indicando uma notável fragilidade da presença do Estado e de ausência de outros grupos sociais. Entretanto, a partir de 1952, o governo do Estado de Mato Grosso iniciou um processo de alienação de terras públicas, vindo a repercutir sobre todos os povos e aldeias indígenas mencionadas. A história da alienação de terras públicas do Estado de Mato Grosso mereceria, sem dúvida, uma reconstrução detalhada; o que se segue, no entanto, é apenas uma indicação do que se passou.

Em 1955, o governo estadual firmou contratos com cerca de vinte empresas, caracterizadas como de colonização. Tais contratos tornavam-nas concessionárias de 4.000.000 de há na área. Os contratos de concessão assim como as transações de compra e venda que se seguiram foram denunciados pela oposição ao governo estadual como "fraude à Constituição", porque atingiam terras da União e porque as vendas a particulares, feitas conforme o módulo estabelecido por lei, eram apenas um artifício através do qual superfícies muito maiores, que ultrapassavam o módulo previsto, passavam na verdade ao domínio de pessoas físicas através de transferências feitas pelos originalmente beneficiados - todos parentes e prepostos - dos verdadeiros interessados. Se o espírito da lei era que a alienação das terras públicas beneficiasse o maior número de cidadãos, o que se via era a apropriação de enormes extensões de terras por parte de um pequeno número de comerciantes de terras. Diante da denúncia de "fraude", os contratos de concessão chegaram a ser suspensos, mas a pretexto de que algumas empresas de colonização já haviam contraído compromissos com terceiros, o governo decidiu emitir títulos de propriedade em seu favor.

Foi através desses mecanismos que se alienaram as terras do povoado de Santa Terezinha, as quais passaram pelo domínio de várias empresas colonizadoras e imobiliárias até chegar, através de inúmeras transferências, no final de 1966, à CODEARA, empresa ligada ao Banco Nacional de Crédito. A nova empresa submeteu, então, à aprovação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) , órgão criado naquele

mesmo ano, um projeto de exploração da área pelo qual passaria a usufruir dos benefícios garantidos pela lei de incentivos fiscais, também votada em 66. Ao contrário das empresas anteriores, que não chegaram a ser percebidas pelos pequenos produtores como ameaças de expropriação, a CODEARA logo entrou em atrito com os antigos moradores, na medida em que procurou imprimir um ritmo mais acelerado a sua implantação, mesmo porque havia prazos a cumprir para apoderar-se dos incentivos facultados pela lei. A área do projeto da CODEARA aprovado pela SUDAM para fins de incentivos totalizava cerca de 150.000 ha e, tanto a sede do povoado quanto as casas e áreas de serviço dos pequenos produtores existentes ao redor da sede, ficavam dentro deste domínio. Uma das cláusulas do contrato de compra e venda firmado entre a CODEARA e o proprietário anterior rezava sobre a existência de "ocupantes com direito a posse", mas embora em termos métricos a soma dessas posses fosse irrisória com relação à superfície global adquirida pela empresa, esta não quis abrir mão dessa parcela em virtude da sua localização geográfica estratégica - próxima ao rio, única via de transporte, naquela época, e de fácil acesso ao porto fluvial. Como os posseiros também não se dispusessem a ser transferidos para outro local, mais distante, conforme proposto pela empresa, teve início a disputa que durou de 1967 a 1972.

3. História da pesquisa

Em 1967, estive pela primeira vez em Santa Terezinha de passagem para a aldeia Tapirapé, onde cheguei como auxiliar de pesquisa do Prof. Roberto Cardoso de Oliveira, à época desenvolvendo um projeto sobre contatos interétnicos. Eu não tinha, então, intenção de estudar posseiros e peões, mas o que vi e ouvi foi a motivação para retornar, anos mais tarde.

Em 1973, tendo acompanhado pela imprensa os fatos ocorridos em 1972, tentei voltar à área, mas não pude realizar meu objetivo em virtude da forte repressão que se abatia naquele tempo sobre os membros das equipes religiosas locais.

Em janeiro/fevereiro de 1974, tendo como mediadores Jether Pereira Ramalho, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e D. Tomás Balduino, Bispo de Goiás, cheguei a São Félix, sendo acolhida pela Equipe Pastoral da Prelazia.

São Félix era, então, um importante ponto de afluxo de trabalhadores das empresas: elas se instalavam em grande número ao redor. Tive então a primeira oportunidade de falar com os peões e o fiz através de entrevistas coletivas realizadas nos barracos onde alguns deles estendiam suas redes. Como quase sempre acontece, apesar das explicações de que eu era professora e de que estava escrevendo um livro, o entendimento que tiveram da minha presença foi, às vezes, muito mais conforme às determinações de sua própria realidade, de forma que me compreenderam como "promotora" ou "federal" e, neste sentido, me pediam

para providenciar-lhes documentos, mandavam recados para o presidente e chegaram a me procurar onde eu estava hospedada para, em comissão, pedir providências com relação a um gato que fugira com o dinheiro a eles devido. Além disso, os peões contavam histórias de incêndios em barracos, na mata, que lhes haviam queimado roupas, sapatos e documentos, citavam números de carteiras de reservistas, falavam em nomes de comandantes sob cujas ordens teriam servido e os que não tinham nada disso chegavam a fazer exercícios na minha frente para mostrar que os haviam aprendido no tempo de serviço militar. Naquele amontoado de gente, onde não faltava nem arroubos de trabalhadores revoltados, mostrando facas e marcas de espancamento, nem a entrada intempestiva da polícia, fui aprendendo que os peões queriam me dizer uma coisa muito simples: eram homens dentro da lei, embora não tivessem documentos e apesar do que se dissesse deles.

Com mais este interesse forte em mim despertado pelos peões a nortear minhas indagações, segui para Santa Terezinha, onde os posseiros acabavam de sair do sufoco em que vinham vivendo há anos: depois de estarem se confrontando quotidianamente com a polícia e os homens da empresa desde 1967, haviam suportado, em 1972, mais de cem dias de refúgio na mata, sob ameaça de prisão e, em 1973, haviam visto seus principais aliados, os membros da equipe pastoral, serem presos e espancados sob acusações muitas vezes assustadoras para eles. O ano de 1974 foi um tempo de relaxamento de tensões: todos os presos haviam voltado, menos o padre Francisco, os títulos de terra começavam a ser distribuídos e as forças de repressão apareciam agora sob a forma de uma inofensiva ACISO (Ação Cívico-Social), pela qual o Exército prestava serviços médico dentários, fornecia documentos e controlava a Região. Os posseiros queriam falar sobre o ocorrido, resgatar com detalhes os momentos vividos como vitória e as demonstrações de abuso dos homens da empresa e da polícia. Eles me tomavam como mais um membro da equipe religiosa, "povo da Missão", e só aos poucos foram percebendo alguma diferença na medida em que eu sempre chegava e ia embora de novo e, além do mais, estava invariavelmente apegada a um gravador ou a um caderno de anotações. Eu também me identificava muito com os membros da equipe religiosa e custei a me dar conta de que nunca os havia entrevistado formalmente; tinha com eles longas conversas e muita convivência.

Em julho/agosto do mesmo ano de 1974, voltei a Santa Terezinha, para dar continuidade ao estudo do conflito e com a preocupação de caracterizar os posseiros como camponeses, de acordo com a literatura sobre o tema. Passei, então, períodos mais ou menos longos em suas casas na mata e fiz observações acerca da divisão do trabalho no grupo doméstico, relação de troca entre as unidades camponesas, conceitos de relação com a terra. Nesta ocasião, tive também novos contatos com os trabalhadores das empresas e aprofundi a

compreensão sobre a peonagem como forma de organização do trabalho, sobre a extração social desses trabalhadores e sobre as formas de reação e adaptação às condições que lhes eram impostas.

De volta à área, em julho/agosto de 1975, devido a fatores de ordem pessoal e conjuntural, me dispus a finalizar a pesquisa. Elaborei então, previamente, um relatório no qual enfatizava a relação entre posseiros e peões, com o intuito de descobrir os elementos da oposição entre estes dois segmentos e levantar algumas indicações acerca das identidades sociais e de interesse entre eles que pudessem sugerir alianças e formas de ação comum. O relatório foi entregue, na ocasião, à equipe pastoral de Santa Terezinha, e alguma discussão foi feita. Deixei a área sem ter idéia de como ou quando voltar. Como bolsista da Fundação Ford realizei os três períodos de trabalho de campo entre 1974 e 1975.

O relatório resultante dessa primeira fase de trabalho foi discutido com professores e alunos do Departamento de Antropologia Social do Museu Nacional, no âmbito do Projeto "Emprego e Mudança Social no Nordeste", coordenado pelo Prof. Moacir Palmeira.

Em 1981 e 1982, fui procurada por membros das equipes locais de Porto Alegre (MT) e Conceição do Araguaia (PA) para discutir questões ligadas à peonagem e ao surgimento dos garimpos. O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) propiciou-me então duas idas à área na qualidade de assessora de sua equipe e com o objetivo de compreender os efeitos da abertura dessas frentes de trabalho na luta dos posseiros.

Voltei à área mais uma vez em 1983, como pesquisadora do CNPq e professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ. Nesta ocasião retomei as entrevistas com posseiros, com mulheres das zonas de prostituição e consultei os arquivos da Paróquia de Santa Terezinha onde, entre os documentos encontrados, um relato histórico do padre Antônio Canuto foi de particular importância para a pesquisa.

Como professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ, durante todo o tempo em que se desenvolveu esta pesquisa, encontrei sempre entre alunos e professores o maior estímulo à realização desse trabalho.

Agradeço, portanto, a todos estes grupos, instituições e pessoas, mas gostaria ainda de mencionar aqueles que estiveram mais próximos.

Os que me contaram suas histórias - homens e mulheres de Santa Terezinha, São Félix, Porto Alegre e Vila São Sebastião.

Os que me acolheram e me ensinaram coisas - membros da Equipe Pastoral de D. Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia, especialmente o padre Antônio Canuto e Ely Pires.

Os que dividiram comigo a tarefa de cuidar dos meus filhos: Santos, Dayse, Lucília,

Cynira, Jacyra e Zelinda.

Os que partilharam comigo saber e amizade em diversos momentos - José Sérgio Leite Lopes, Vera Echenique, Alfredo Wagner B. de Almeida, Laís Mourão, Tatiana Lins e Silva, Eurípedes Dias, Afrânio Garcia, Marie France Garcia, José Roberto Novaes, Regina Reyes Novaes, Maria Antonieta da Costa Vieira, Gilberto Velho, Eliane Cantarino O'Dwyer, Luciano Padrão e Maria Cecília Iorio.

O professor Juarez Rubens Brandão Lopes que me ensinou acerca de como trabalhar junto, academicamente, em liberdade.

Especialmente agradeço a Yvonne Maggie e Maria Rosilene Barbosa Alvim, amigas, além de tudo, que leram os manuscritos ou me ouviram e fizeram sugestões.

Quero dividir com José Ricardo Ramalho a satisfação de concluir este trabalho porque, a cada passo, ele dividiu comigo as dificuldades e a alegria de fazê-lo.